

COMPROVANTE
RETIRADA DE EDITAL

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: () _____

E-MAIL: _____

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2018

OBJETO: Aquisição de diversos Materiais Permanentes (mobiliários em geral e utensílios domésticos)

PROCESSO Nº: 2.941/2018

Obtivemos, através do acesso www.aracruz.es.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada de edital e remetê-lo ao Setor de Licitação, por meio do e-mail pregao@aracruz.es.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Aracruz da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Local: _____, ____ de _____ de 2018

Nome por extenso: _____

RG nº: _____

ASSINATURA

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2018

PROCESSO Nº. 2941/2018.

O Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n.º 10.520/2002** e, subsidiariamente, da **Lei n.º 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade: Pregão Eletrônico.
Tipo de Licitação: Menor preço.
Regime de Execução: Indireta.
Critério de Julgamento: Menor preço **por lote**

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Deverão ser observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

Data inicial para recebimento das Propostas	Dia: 03/08/2018
Limite para acolhimento das Propostas até	As 12:00 horas, do dia 16/08/2018
Abertura das Propostas	Às 12:00 horas, do dia 16/08/2018
Início da Sessão de Disputa de Preços	Às 13:30 horas, do dia 16/08/2018

Endereço Eletrônico de Disputa: <http://lanceeletronico.cloudapp.net>

Endereço Eletrônico de Cadastro no Sistema BLL: <http://bll.org.br/cadastro/>

DO ÓRGÃO INTERESSADO:

Prefeitura Municipal de Aracruz, CNPJ - 27.142.702/0001-66.
Av. Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz - CEP 29192-733.
Fone (27) 3270-7000.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho - SEMDS.
Endereço: Rua Padre João Bauer, nº 20, Centro, Aracruz/ES.
Horário de Funcionamento: 12h00min às 18h00min.
Fone: (27) 3270-7401.

Endereço Eletrônico: www.aracruz.es.gov.br

01. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **Aquisição de diversos Materiais Permanentes (mobiliários em geral e utensílios domésticos)**, tendo em vista a assinatura do **CONVÊNIO DE N.º 841820/2016, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL MDS, PROGRAMA SICONV 5500020160008- PROJETOS- PROPOSTA SICONV N.º 039909/2016**, celebrado com o

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

1.1.1. Os produtos deverão possuir todas as características mínimas descritas nas especificações. Serão aceitos os que possuírem características superiores, desde que atendam a todos os requisitos mínimos exigidos nas especificações constantes dos Anexos I e II, do presente edital.

1.1.1.1. Poderá ser solicitada, em diligência, demonstração dos produtos para julgamento das propostas.

1.1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no "www.bll.org.br" e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

02. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Os valores unitários e totais aceitáveis por cada lote desta licitação estão definidos no Anexo II - Termo de Referência deste edital.

2.2. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, consignadas no orçamento vigente:

664– Código Reduzido

11 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

02- Fundo Municipal da Assistência Social

08.122.0016.1.0026- Estruturação do órgão gestor da assistência social

4.4.90.52.00- Material Permanente

1.301.0000- Transferência FNAS

03. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema "BLL", provido pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (<http://bll.org.br/>).

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto a Bolsa de Licitações do Brasil – BLL no endereço eletrônico <http://bll.org.br/cadastro/>, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PMA responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.2. Estarão impedidas de participarem, de qualquer fase deste Pregão, empresas que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

- a) Estiverem cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou estiverem impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, não ocorrendo a reabilitação.
- b) Tenham servidor público do Município de Aracruz como proprietário, acionista, gerente, administrador, controlador, responsável ou subcontratado.
- c) Estejam constituídas sob a forma de consórcio.
- d) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo.
- e) Que estejam sob processo de concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, ou falência, salvo aquelas empresas que demonstrarem que a recuperação judicial ou extrajudicial já foi concedida ou homologada, respectivamente, na forma prevista na Lei 11.101/2005, desde que tenham capacidade econômica financeira.
- f) Nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

04. DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até data e horário marcados para abertura da proposta, de acordo, no que couber, com o Anexo I, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1. 4.1.1.1. **O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, O VALOR UNITÁRIO DO LOTE, com no máximo 02 (duas) casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto**

4.1.2. Quando tratar-se de aquisição de bens, o licitante **deverá** informar na proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, a Marca e Modelo do Objeto ofertado, conforme o caso, **sob pena de desclassificação da proposta**.

4.1.3. O licitante enquadrado como microempresa e empresa de pequena porte que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº123/2006 deverá informar essa condição em campo próprio do sistema eletrônico, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.1.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

4.2. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.2.1. Até a abertura da proposta, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.2.2. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Serão aceitas propostas com validade superior.

4.2.3. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

4.3. **O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que a sua proposta está em conformidade com**

as exigências do edital.

4.4. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 deverá informar essa condição em campo próprio do sistema eletrônico, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.5. As propostas terão validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

05. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <http://bll.org.br>.

5.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico. Ressalta-se que, no ambiente eletrônico da sala de disputa, a permissão para envio de mensagem é dada somente ao Pregoeiro.

5.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

06. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

07. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta à etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.4. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes terão informações, em tempo real, sobre os menores valores dos lances de todos os licitantes. O sistema não identificará os autores dos lances para os demais participantes e nem para o Pregoeiro.

7.5. O Pregoeiro encerrará o “tempo normal” de disputa, mediante encaminhamento de aviso de fechamento do tempo, emitido pelo sistema eletrônico. A partir desse momento transcorrerá o período de tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos, determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrada a etapa de lances.

7.6. Os licitantes, a qualquer momento, depois de finalizado o lote, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro através do Sistema Provedor, acessando sequencialmente os “links” “Relatório de Disputa”, para cada lote disputado, “Chat Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Esta opção ficará disponível até o momento em que o Pregoeiro declarar o licitante vencedor do lote. Todas as mensagens enviadas constarão no Histórico do Relatório de Disputa.

7.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

7.8. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <http://bll.org.br/>.

7.9. **Encerrada a etapa de lances de todos os lotes da sessão pública do Pregão Eletrônico, o licitante arrematante do lote deverá, sob pena de desclassificação, enviar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, considerando somente dias úteis, contados à partir das 18:00 horas do dia encerramento do último lote da licitação**, a proposta de preços, conforme anexo I, discriminando os produtos ofertados, indicando marca, o preço unitário e total, bem como a documentação e as declarações exigidas para habilitação (conforme Item 11), para a Secretaria Municipal de Suprimentos, no endereço Avenida Morobá, nº 20 – Bairro Morobá – Aracruz – ES – CEP: 29192-733.

7.9.1. A documentação deverá ser apresentada em envelope contendo em sua parte externa e frontal, **além da razão social da licitante**, os seguintes dizeres:

PREGÃO ELETRÔNICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 098/2018
PROCESSO N.º 2941/2018

7.10. **Todas as folhas da documentação de Habilitação e Proposta deverão ser entregues na ordem sequencial solicitada, numeradas e vistas pelos proponentes. Tal medida visa salvaguardar os interesses dos participantes no aspecto de segurança e transparência do processo licitatório. Esclarecemos que o não atendimento ao solicitado implicará na perda do direito a futuras reclamações quanto a um eventual extravio de documentos durante a tramitação do processo.**

7.11. O proponente deverá indicar na proposta as especificações **completas** e demais exigências para cada lote constante no anexo I.

7.12. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

08. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá na sala de disputa, após convocação do pregoeiro e no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser contratada.

8.3. Não sendo contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadram na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.4. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.5. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

Obs.: apenas terão direito aos benefícios acima as empresas que tiverem se manifestado conforme item 4.1.3.

09. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Antes de anunciar o vencedor o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, “contraproposta” diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2. A contraproposta objetivando reduções de preços será feita pelo Pregoeiro, através de acesso ao “link” “relatório de disputa” e “contraproposta”, separadamente para cada lote, enquanto o mesmo estiver na condição “arrematado”, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. A proposta de preço deverá conter:

10.1.1. Valores unitários e totais dos itens e do lote e seu quantitativo.

10.1.2. Prazo de Garantia: garantia de fábrica, não podendo ser inferior ao da lei 8.078 de 11/09/90 do Código de Defesa do Consumidor.

10.1.3. Preferencialmente: Razão Social, endereço, CNPJ, número do banco, da agência e da conta corrente do licitante.

10.1.4. Preferencialmente: nome, número de identidade, do CPF e telefone de pessoa para contato.

10.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 11, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.3. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de pessoas pertencentes ou não ao quadro de pessoal da PMA para orientar sua decisão.

10.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.7. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo I contendo a proposta detalhada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela PMA ou haja necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus Anexos.

10.8. Não será aceita proposta que, após a fase de lance/negociação, estiver com preço total por lote superior ao constante do Anexo II – "Termo de Referência".

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Para comprovar a habilitação, o licitante vencedor **deverá, sob pena de desclassificação, enviar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, considerando somente dias úteis, contados à partir das 18:00 horas do dia do encerramento do último lote da licitação, a proposta de preços, conforme anexo I, discriminando os produtos ofertados, indicando marca, o preço unitário e total, bem como a documentação e as declarações exigidas para habilitação, para o endereço constante do item 7.9, devendo os mesmos serem originais, via internet ou cópias autenticadas em cartório, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ficando os mesmos como parte integrante do processo licitatório nos termos do Art. 32 da Lei 8666/93.**

11.1.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza não contenham validade, não sendo aceitos "protocolos de entrega", ou solicitação" de documento" em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

11.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, com o "Objeto Social" enquadrado com objeto do (s) lote (s) em que a empresa estará disputando. A empresa que apresentar Registro Comercial com o "Objeto Social" que não abrange o objeto que ela estará disputando, será considerada INABILITADA;

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua Consolidação e alterações em vigor, com o "Objeto Social" enquadrado no objeto do(s) lote(s) em que a empresa cadastrou proposta, acompanhado de prova de seu registro ou inscrição e de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades comerciais ou sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua consolidação e alterações em vigor com o "Objeto Social" que não abrange o objeto que ela estará disputando, será considerada INABILITADA;

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada do instrumento de eleição da Diretoria;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

11.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo 30 (trinta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

11.3.1.1. Caso a certidão de recuperação seja positiva, a licitante deverá comprovar que o plano, seja especial ou não, de recuperação judicial ou extrajudicial foi acolhido ou homologado, respectivamente, nos termos previstos na Lei 11.101, de 2005 - arts. 58, 72 e 165.

11.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – **CNPJ**;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (com situação ativa) ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão negativa de **Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**.
- d) Certidão negativa de débitos com a **Fazenda Estadual** em que for sediada a empresa;
- e) Certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal, onde for sediada a empresa. **No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros, ou seja, duas Certidões, uma sobre Tributos Imobiliários e outra sobre Tributos Mobiliários. A proponente com filial no Município de Aracruz, fica obrigada a fornecer a certidão relativa a esta filial, para atendimento do item;**
- f) Certidão de regularidade - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**;
- g) Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa expedida pela Justiça do Trabalho**, de acordo com a Lei Federal nº. 12.440/2011.

11.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.5.1. Não há necessidade da entrega deste documento para esta licitação.

11.6. OS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação, **com identificação do firmatário**, conforme modelo **Anexo III**;
- b) Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, **com identificação do firmatário**, modelo **Anexo IV**;
- c) Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme item 4.1.3., para fins de exercício de quaisquer dos benefícios de que trata a LC 123/2006, **deverão encaminhar** juntamente com os documentos de proposta comercial e habilitação, para comprovação de tal condição, a **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial**.

c.1) Os privilégios concedidos pela LC 123/2006 serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei nº. 11.488/07.

Observações:

Edital Pregão Eletrônico nº 098/2018. *Aquisição de diversos Materiais Permanentes (mobiliários em geral e utensílios domésticos – Proc. 2941/2018*

a) A documentação exigida para atender ao disposto nos subitens 11.2, 11.3 e 11.4 do item 11 **poderá** ser substituída pela **Declaração expedida pelo SICAF**, demonstrando a situação regular do licitante, **devendo a empresa vencedora encaminhar esta Declaração**.

b) As declarações constantes do item 11.6, alíneas "a" e "b" deverão ser impressas em papel timbrado e/ ou com carimbo da empresa licitante;

c) Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos, que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

d) Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

e) Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

f) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

g) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não regularize sua documentação fiscal no prazo estabelecido na alínea "f" - Observações - decairá seu direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, na forma do §2º. do art. 43 da Lei Complementar 123/2006 c/c com o § 2º. do art. 64 da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

h) Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender as exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

i) Constatado o atendimento as exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

j) As documentações solicitadas no item 11 que não possuírem data de validade, deverão ter sua data de expedição de no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame.

12. DAS AMOSTRAS:

12.1. Não será necessário amostra para esta licitação.

13. DO RECURSO

13.1. Declarado o vencedor, o licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção através do Sistema eletrônico, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a declaração do vencedor, com registro de síntese das sua razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes desde

logo intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. **(Lei nº 10.520/2002, Art. 4º, inciso XVIII).**

13.2. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação. **(Lei nº 10.520/2002, Art. 4º, inciso XX).**

13.4. Os recursos e contrarrazões de recurso, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao Protocolo Central da Prefeitura Municipal da Aracruz, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº.710 Centro – Aracruz/ES, CEP: 29.190-058, em dias úteis, no horário de 12:00 às 18:00 horas.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.

14.2. A homologação deste Pregão compete ao Ordenador de Despesa da Secretaria requisitante.

14.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por lote.

15. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

15.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, o licitante vencedor será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias corridos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

15.1.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

15.1.3. Quando o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital, com vistas à celebração da contratação, em conformidade com o artigo 4º inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

16. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/ENTREGA E DA GARANTIA

16.1. Os produtos deverão ser entregues integralmente, em única parcela, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Suprimentos - SEMSU, cuja solicitação deverá partir da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEMDS)

16.1.1. As entregas ocorrerão no Setor de Patrimônio, sito na Avenida Morobá – nº.20 - Bairro Morobá – Sede – Aracruz - ES, no horário de 12h00min às 17h00min, acompanhados da fatura ou

nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento, dentro do prazo estabelecido no item 2.1 deste Edital.

16.1.2. O prazo previsto no item 16.1 admite prorrogação, desde que plenamente justificado, atendendo aos interesses e conveniência da administração.

16.2. Todos os produtos deverão ser novos e sem uso, e serão recebidos da seguinte forma:

16.2.1. Provisoriamente, os objetos serão recebidos provisoriamente mediante recibo, no prazo de 02 (dois) úteis dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do material entregue, de acordo com a especificação constante deste Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora.

16.2.2. Definitivamente, os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data do recebimento provisório, após verificação da qualidade (adequação às especificações técnicas, constantes deste anexo), da quantidade e da garantia do material, e após o aceite, a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

16.3. O recebimento definitivo do objeto, não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Contratante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90 e suas alterações).

16.4. Os prazos definidos acima poderão ser modificados conforme acordo entre as partes, mediante justificativa apresentada pela contratada e acatada pela contratante.

16.5. O Contratante se reserva o direito de não receber os produtos que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

16.6. A Autorização de Fornecimento deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa dos números do Pregão Eletrônico, do contrato, do processo, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de entrega.

16.7. A Autorização de fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

16.8. A eventual reprovação dos produtos, em qualquer fase de sua entrega, não eximirá a Contratada da aplicação das multas a que está sujeita.

16.9. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da aquisição do objeto da licitação.

16.10. A Contratada deverá oferecer garantia contra eventuais defeitos de fabricação por um prazo mínimo de 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo do produto independentemente da garantia padrão oferecida pelo fabricante, ou prazo inferior por razões técnicas devidamente comprovadas.

16.11. A garantia do produto no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação, pela

CONTRATADA, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990 e suas alterações), bem como dos encargos previstos à CONTRATADA neste Termo de Referência.

16.12. A garantia abrange ao Contratado a garantir a boa qualidade do produto fornecido, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação da SEMDS, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados venham a se constatar qualquer adulteração ou vício.

16.13. A Contratada deverá rigorosamente obedecer às normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, de modo a evitar danos e/ou avarias

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento do preço pactuado será feito após entrega do produto pela contratada, mediante a apresentação da Nota Fiscal, juntamente com a Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria de Suprimentos- SEMSU, requisitada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho.

17.2. A contratada deverá emitir a Nota Fiscal e essa deverá conter no corpo da nota as seguintes informações: CONVÊNIO 841820/2016, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL MDS, PROGRAMA SICONV 5500020160008- PROJETOS- PROPOSTA SICONV N.º 039909/2016, a especificação detalhada dos materiais adquiridos e conter a atestação do recebimento definitivo dos bens, sob pena de não ser aceita para pagamento..

17.3. Após a emissão da Nota Fiscal contendo todos os requisitos do item acima, a Contratada deverá proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no protocolo dessa Prefeitura, situado a Rua Padre Luiz Parenzi, 710, Centro, Aracruz/ES, encaminhando a nota fiscal/fatura para pagamento, que ocorrerá de acordo com as normas legais vigentes no país, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea 'a' da lei 8.666/93

17.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

17.5. O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

18. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

18.1 - DA CONTRATANTE:

- a) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a aquisição.
- b) Providenciar a inspeção do fornecimento dos produtos entregues pela Contratada.
- c) Notificar à Contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento dos produtos constantes da Autorização de Fornecimento.
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a Contratada entregar fora das especificações contidas nos itens deste edital e anexo.
- e) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma estabelecida no item 17 deste edital.

f) Fornecer local adequado para armazenagem dos produtos nos períodos de sua entrega, sem qualquer ônus para a Contratada.

18.2 - DA CONTRATADA:

a) A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução do fornecimento parcial ou total, isentando-o de todas as reclamações que surjam subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento e entrega dos respectivos produtos;

b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

c) Atender satisfatoriamente em consonância com as regras contratuais.

d) Fornecer os produtos conforme proposto pelo Contratante durante o prazo de vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

e) A qualidade dos materiais/produtos, deverá ser rigorosamente àquele descrito na Autorização de Fornecimento, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele, devendo o fornecimento dos materiais contratados serem efetuados dentro os requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as normas e padrões da ABNT e INMETRO, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se espera(m), conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, e demais normas e legislação pertinente e em vigência..

g) Atender com prioridade as solicitações do Contratante, para fornecimento dos produtos;

h) Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;

i) Utilizar pessoal próprio ou credenciado, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento e entrega dos produtos;

j) Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifique danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação pela organização

k) Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade.

l) Em razão dos bens serem pagos a conta de recursos de convênio, firmado com o Governo Federal, a Contratada terá por obrigação conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes aos objetos contratados, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno nos termos do art. 27, inciso XX da Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016.

19. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução do fornecimento e contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho**, nos termos do Artigo 67º da Lei n.º 8.666/93, que deverá atestar o fornecimento dos produtos conforme contratado.

19.2. A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Trabalho** designará formalmente o servidor ou servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento e contrato.

20. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

20.1. O Município de Aracruz se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Os licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem no fornecimento dos produtos constantes da Ordem de Fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa no certame, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal:

21.1.1. advertência - nos casos de:

- a) desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;

21.1.2. multas - nos seguintes casos e percentuais:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
- b) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- c) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d) recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

21.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração:

- a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;
- c) por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias corridos da data da convocação: até 01 (um) ano;
- d) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: até 02 (dois) anos.

21.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

21.2. As multas previstas no subitem 21.1.2 serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.1.1, 21.1.3 e 21.1.4, poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 21.1.2, facultada a defesa prévia do licitante no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

21.4. A suspensão do direito de licitar e contratar com a **Administração** será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

21.5. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **Administração Pública** será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

21.6. A sanção prevista no subitem 21.1.4 é da competência do Ordenador de Despesas responsável pela homologação da licitação, facultada a defesa do licitante no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação ou antes, se devidamente justificada e aceita pela autoridade que a aplicou.

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

22.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da proposta, qualquer pessoa, poderá impugnar o ato convocatório do pregão, mediante petição a ser protocolada exclusivamente no Protocolo Central da Prefeitura Municipal da Aracruz, localizado Rua Padre Luiz Parenzi, nº.710 Centro – Aracruz/ES, CEP: 29.190-058, em dias úteis, no horário de 12:00 às 18:00 horas.

22.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

22.3. A impugnação deverá conter os seguintes dados do interessado ou de quem o represente: nome e endereço completos, telefone, data e assinatura do interessado ou de seu representante, formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos.

22.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da proposta, exclusivamente para o endereço pregao@pma.es.gov.br.

22.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sítio www.bll.org.br, no link correspondente a este Edital

22.7. Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. O Pregoeiro responsável pela realização desta licitação será designado por intermédio de portaria.

23.2. Ao Ordenador de Despesas/autoridade competente, compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, mediante ato escrito e fundamentado.

23.3. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

23.4. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.5. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

23.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do contrato/Ordem de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.7. Em caso de dúvida, o interessado deverá contatar o **Pregoeiro** do Município de Aracruz **ou seu substituto**, no Setor de Pregão, Secretaria de Suprimentos, à Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz, no horário das 12h00min as 18h00min, ou pelo telefone (27) 3270-7081 ou pelo endereço pregao@pma.es.gov.br, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

23.8. É facultado ao Pregoeiro, ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

23.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

23.12. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base na legislação em vigor.

23.13. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

23.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Aracruz.

23.15. Os participantes do Certame deverão verificar diariamente as mensagens, alterações, informações e prazos, disponibilizadas pelo Pregoeiro via chat no sistema eletrônico (www.bll.org.br) ou através de e-mail até o encerramento final da Licitação com a adjudicação do Objeto.

24. DOS ANEXOS

24.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- 24.1.1. Anexo I - Formulário "Especificações e Cotação de Preços";**
- 24.1.2. Anexo II - "Termo de Referência e Planilha Orçamentária Estimativa";**
- 24.1.4. Anexo III - Modelo de Declaração (Declaração de Superveniência);**
- 24.1.5. Anexo IV - Modelo de Declaração (Art. 7º da Constituição Federal);**
- 24.1.5. Anexo V - Minuta de Contrato.**

Aracruz, 30 de Julho de 2018

ROSILENE FILIPE DOS SANTOS MATOS
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

ANEXO I

FORMULÁRIO “ESPECIFICAÇÃO E COTAÇÃO DE PREÇOS”

Lote	Und	Descrição dos Produtos	Marca	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	UN	Armário de aço, 2 portas, 4 prateleiras, aprox. 1,8 x 1,2 x 0,38 m (a x l x p)		11		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
02	UN	Estante de aço, 06 bandejas, aprox. (AXLXP) 1950x920x420mm, cor cinza, reforço Omega, confeccionadas em chapa de aço nº 22 (0.76mm) laminada a frio, 04 colunas confeccionadas em chapa de aço nº 14 (1.90 mm) laminada a frio, acabamento c/ tratamento por processo anticorrosivo, bandejas reguláveis		14		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
03	UN	Cadeira fixa sem braços, assento e encosto em polipropileno injetado espuma expandida/laminada min. 335mm de espessura com densidade min. 23kg/m³, estrutura em tubo de aço industrial quadrado min. 22 x 22mm, sapatas em polipropileno injetado, pintura a pó do tipo hídrica com camada de min. 60 microns e cura em estufa a min. 200°C, encosto e assento na cor azul com acabamento em preto		53		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
04	UN	Cadeira giratória com encosto alto aranha: construída com tubo industrial unido a uma bucha central cônica por processo de solda mig-mag. Rodízio injetado em nylon encaixado nas extremidades com auxílio de uma ponteira também injetada em polipropileno inserida no tubo. Plataforma superior e inferior estampada em aço SAC e solda por processo mig-mag, com bucha cônica e cavalete pintados com processo epóxi pó. Coluna: fabricado com um tubo externo e um interno, que , espuma injetada em pu flexível com densidade de 45 a 55 KGF cm², revestido em corino na cor azul Royal, com acabamento nas bordas por um perfil em PVC flexível na cor preta. Espaladar entre 470mm a 500mm; largura entre 420mm a 460mm e comprimento do assento no plano horizontal entre 460 a 470mm; largura entre 460mm a		13		

		470mm. Braços são injetados em pu integral, suporte de fixação soldado e fabricado por um ferro chato.				
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
05	UN	Mesa, 02 gavetas, aprox. (AXLXP) 1200 x 750 x 650 mm, melamínico cinza c/ acabamento pvc rígido azul, estrutura e painel em aço com tratamento antiferruginoso e acabamento em pintura Epoxi-Po, pés duplos, passagem p/ fiação, tampa removível, borda em PVC rígido, deslizamento de gavetas em nylon, trava, conexão angular com pé, teclado retrátil		13		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
06	UN	Arquivo de aço para pasta suspensa, 04 gavetas, min. (AXLXP) 1225x470x570 mm, cor cinza, porta-etiqueta e puxadores estampados nas gavetas, puxadores com acabamento em PVC na cor grafite, fechadura cilíndrica tipo Yale com travamento simultâneo das gavetas e sistema de deslizamento das gavetas em patins de nylon, confeccionado em chapa de aço, sendo as colunas em chapa nº 16, gavetas em chapa nº 18, tampo e fundo em chapa nº 24 e corpo em chapa nº 26, cada gaveta deverá possuir capac. Entre 30 a 40 pastas por gavetas ou min. 25 kg		11		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
07	UN	Cadeira Logarina secretária, banco 3 lugares, altura do assento aprox. 410 mm, altura total de aprox 800 mm, largura total de aprox. 1370 mm, profundidade total de aprox. 560 mm, estofamento do assento e encosto em espuma de poliuretano injetado, moldado, junção do assento e encosto c/ mola flexível de aprox. 75 mm de largura e 1/4 pol. de espessura, ligada ao conjunto por 8 parafusos sextavados, parede de colunas laterais em tubo de aço retangular de aprox. 300 x 500 mm e aprox. 1,5 mm de espessura, c/ aprox. 340 x 500 mm (a x c), soldados nas colunas laterais, acabamento dos pés c/ ponteiras externas de aprox. 30 x 50 mm em polipropileno rígido, pintura epóxi-pó curada em estufa de 180° c		08		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
08	UN	Mesa de reunião, oval, aprox. 2000x740x1300mm, composto p/ tampo inteiriço confeccionado em aglomerado de madeira de		03		

		alta densidade termo-estabilizado c/ espessura de aprox. 25 mm, revestido em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão, encabeçamento bordas em fita de PVC de espessura aprox. 2.5 mm c/ quinas arredondadas c/ raio de 2.5 mm em todo seu perímetro,, fixação da estrutura ao tampo p/ meio de buchas metálicas c/ rosca fixa e parafuso sextavado compatíveis, painel frontal confeccionado em aglomerado de madeira, encabeçamento das bordas em fita de PVC de min. de 2.0 mm c/ quinas arredondadas c/ raio de 2.5 mm na mesma cor do tampo, fixação dos painéis frontais a estrutura por meio de parafusos ocultos, estrutura central vertical composta por chapa de aço SAE 1010/1020 e espessura de aprox. 1.25 mm, possuindo calha vertical removível em chapa de aço espessura min. 0.5 mm p/ passagem de fiação base de sustentação inferior de tubo de aço galvanizado elíptico SAE 1020 aprox. 20 x 45 x 1.9 mm c/ formato curvo e profundidade de 500 mm c/ ponteiros de acabamento injetadas em polipropileno sapatas reguláveis em forma hexagonal c/ rosca e injetadas em polietileno copolimero de alta resistência a impactos e abrasão, base de sustentação superior em aço galvanizado de secção retangular 40 x 20 mm e espessura de aprox. 0.95 mm c/ estrutura de canto em aço galvanizado tubular c/ secção redonda de aprox. 3 polegadas de diâmetro, espessura de min. 1.2 mm c/ sapata injetada niveladora de nível c/ diâmetro de aprox. 3 polegadas embutida na estrutura de cor semelhante.				
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
09	UN	Condensadora, parte integrante de condicionador de ar SPLIT HIGH WALL, 12 000 btus, 220 v, ciclo frio, potência aprox. 1100 w, vazão de ar aprox. 500 m³/min., condensador horizontal, compressor rotativo, gás refrigerante r-22, classificação energética (INMETRO)		06		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
10	UN	Evaporadora, parte integrante de condicionador de ar SPLIT HIGH WALL, 12000 btus, 220 v, ciclo frio, potência aprox. 1190 w vazão de ar				

		aprox. 460 m ³ /min., controle remoto, botão liga/desliga no painel frontal, controle de direção do ar (para cima / para baixo), min. 3 opções de resfriamento/ ventilação, funções SLEEP, swing, turbo, brisa, timer, filtro anti-bactéria, desumidificação, indicador de temperatura na evaporadora, classificação energética (INMETRO)				
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
11	UN	Condensadora, parte integrante de condicionador de ar SPLIT HIGH WALL, 18 000 btus, 220 v, ciclo frio, potência aprox. 1800 w, vazão de ar aprox. 460 m ³ /min., condensador horizontal, compressor rotativo, gás refrigerante r-410 a, classificação energética (INMETRO)		06		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
12	UN	Evaporadora, parte integrante de condicionador de ar SPLIT HIGH WALL, 18000 btus, 220 v, ciclo frio, potência aprox 1750 w vazão de ar aprox. 460 m ³ /min., controle remoto, botão liga/desliga no painel frontal, controle de direção do ar (para cima / para baixo), min. 3 opções de resfriamento/ ventilação, funções SLEEP, swing, turbo, brisa, timer, filtro anti-bactéria, desumidificação, indicador de temperatura na evaporadora, classificação energética (INMETRO)		06		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
13	UN	Bebedouro refrigerado de coluna, gabinete em inox eletrozincado, sem emendas, tampo e base em plástico de alto impacto, potencia min de 154w, refrigeração por compressor, torneiras em plástico de alta resistência sendo uma para água natural e outra para água gelada, controlador de temperatura através de termostato, aparador de copos, bandeja de água removível, elétrico capacidade de 20l, voltagem de 110v		06		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
14	UN	Fogão, 4 bocas, queimadores frontais com chapa tripla e controle individual das chamas internas e externas, queimadores traseiros chama dupla, mesa com pintura esmalte antiaderente branca, grades e queimadores da mesa em aço inox, injetor de gás horizontal, bandeja coletora de resíduos, estrutura em cantoneira de aço, forno c/ manipulador e temperatura com duas grades,		02		

		aprox. 730x800x800mm				
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						
15	UN	Refrigerador, capac. Min. total 340 l, 2 portas, prateleiras em acrílico, prateleira p/ garrafas, degelo automático no refrigerador, gaveta para carnes, prateleira na porta do freezer, dreno para descongelamento, controle do refrigerador c/ aprox. 5 temperaturas, prateleira da porta regulável, prateleiras internas reguláveis, separador e protetor de garrafas, formas p/ gelo, rodízios e pés reguláveis, gaveta p/ legumes, classificação energética a, voltagem 110v.		02		
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO: R\$						

DADOS DO PROPONENTE:

Razão social:

CNPJ nº:

Banco:..... Agência nº: Conta nº:(Informação não desclassificatória).

Endereço completo:

Telefones:

E-mail:(Informação não desclassificatória)

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome:

Identidade nº:CPF nº

Telefone.....

Validade da proposta (Não inferior a 60 dias, contados a partir da data de entrega dos envelopes.

Serão aceitas propostas com prazo de validade superior.):

.....

Prazo de entrega: (conforme Item 16 e subitens do edital)

Em de de 2018.

.....
Assinatura da Proponente

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA

TERMO DE REFERÊNCIA **REQUISIÇÕES DE COMPRAS N.º 84 e 85/2018**

01. DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por escopo subsidiar os procedimentos licitatórios, para aquisição de diversos **Materiais Permanentes (mobiliários em geral e utensílios domésticos)** tendo em vista a **firmatura do CONVÊNIO DE N.º 841820/2016, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL MDS, PROGRAMA SICONV 5500020160008- PROJETOS- PROPOSTA SICONV N.º 039909/2016**, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que repassou recursos financeiros para custear as despesas com estes materiais.

02. DA MOTIVAÇÃO (INTERESSE PÚBLICO):

A Política de Assistência Social no município de Aracruz é gerida pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, possuindo unidades socioassistenciais que oferecem diversos projetos/ações que objetivam, provê os mínimos sociais necessários, para garantir o atendimento às necessidades básicas, por meio dos serviços de Proteção Social Especial, Proteção Social Básica.

Especificamente, a Proteção Social Especial destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados, por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

No âmbito da Proteção Social Especial a SEMDS possui em funcionamento 01(um) Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), sendo este a unidade pública responsável pela execução de serviços de média complexidade, oferecendo serviços de atenção especializada de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

No mesmo âmbito, mas já de Alta Complexidade, é executado o Serviço de Acolhimento Institucional, por meio da Casa de Acolhimento Provisório Recriando Vidas, para atender crianças e adolescentes.

Esta Casa oferta Serviço de Acolhimento Institucional temporário e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 14 anos, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Neste sentido, pela especificidade dos serviços executados, foi firmado entre o município de Aracruz e o Ministério do Desenvolvimento Social o Convênio de n.º 841820/2016 de objeto Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial/aquisição de bens, como forma de fortalecer o planejamento municipal.

Assim sendo, com as aquisições haverá um atendimento mais eficaz nestes dois equipamentos, uma vez que ampliará a quantidade de materiais que possam suprir as demandas pontuadas acima, tendo em vista os produtos serem necessários para a estruturação organizacional e administrativa dos locais, o que possibilitará reforçar a capacidade institucional dos estabelecimentos e permitir melhor resposta às necessidades dos beneficiários.

Ressalta-se que os recursos para a mencionada contratação são oriundos de conta conveniada específica: **Conta Corrente 592757, Banco do Brasil, Agência: 829-x. Recurso Federal.**

3.DOS MATERIAIS

3.1 Os produtos a serem adquiridos deverão obedecer rigorosamente às características mínimas referentes na Requisição de Compras e as especificações contidas no item 04 deste Termo de Referência.

3.2 Todos os materiais constante neste Termo de Referência deverão ser de 1ª linha/qualidade, caso seja entregue material que não for de boa qualidade o contrato celebrado poderá ser rescindido, sendo aplicadas ao Contratado as penalidades previstas na Lei 8.666/93.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MOBILIÁRIOS EM GERAL

ITEM	Und	Descrição dos Produtos	UND.	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	UN	Armário de aço, 2 portas, 4 prateleiras, aprox. 1,8 x 1,2 x 0,38 m (a x l x p)	UN	11	1.112,50	12.237,50
02	UN	Estante de aço, 06 bandejas, aprox. (AXLXP) 1950x920x420mm, cor cinza, reforço Omega, confeccionadas em chapa de aço nº 22 (0.76mm) laminada a frio, 04 colunas confeccionadas em chapa de aço nº 14 (1.90 mm) laminada a frio, acabamento c/ tratamento por processo anticorrosivo, bandejas reguláveis	UN	14	385,77	5.400,85
03	UN	Cadeira fixa sem braços, assento e encosto em polipropileno injetado espuma expandida/laminada min. 335mm de espessura com densidade min. 23kg/m³, estrutura em tubo de aço industrial quadrado min. 22 x 22mm, sapatas em polipropileno injetado, pintura a pó do tipo hídrica com camada de min. 60 microns e cura em estufa a min. 200°C, encosto e assento na cor azul com acabamento em preto	UN	53	148,25	7.857,25
04	UN	Cadeira giratória com encosto alto aranha: construída com tubo industrial unido a uma bucha central cônica por processo de solda mig-mag. Rodízio injetado em nylon encaixado nas extremidades com auxílio de uma ponteira também injetada em polipropileno inserida no tubo. Plataforma superior e inferior estampada	UN	13	501,69	6.521,97

		em aço SAC e solda por processo mig-mag, com bucha cônica e cavalete pintados com processo epóxi pó. Coluna: fabricado com um tubo externo e um interno, que , espuma injetada em pu flexível com densidade de 45 a 55 KGF cm ² , revestido em corino na cor azul Royal, com acabamento nas bordas por um perfil em PVC flexível na cor preta. Espaladar entre 470mm a 500mm; largura entre 420mm a 460mm e comprimento do assento no plano horizontal entre 460 a 470mm; largura entre 460mm a 470mm. Braços são injetados em pu integral, suporte de fixação soldado e fabricado por um ferro chato.				
05	UN	Mesa, 02 gavetas, aprox. (AXLXP) 1200 x 750 x 650 mm, melamínico cinza c/ acabamento pvc rígido azul, estrutura e painel em aço com tratamento antiferruginoso e acabamento em pintura Epoxi-Po, pés duplos, passagem p/ fiação, tampa removível, borda em PVC rígido, deslizamento de gavetas em nylon, trava, conexão angular com pé, teclado retrátil	UN	13	446,73	5.807,52
06	UN	Arquivo de aço para pasta suspensa, 04 gavetas, min. (AXLXP) 1225x470x570 mm, cor cinza, porta-etiqueta e puxadores estampados nas gavetas, puxadores com acabamento em PVC na cor grafite, fechadura cilíndrica tipo Yale com travamento simultâneo das gavetas e sistema de deslizamento das gavetas em patins de nylon, confeccionado em chapa de aço, sendo as colunas em chapa nº 16, gavetas em chapa nº 18, tampo e fundo em chapa nº 24 e corpo em chapa nº 26, cada gaveta deverá possuir capac. Entre 30 a 40 pastas por gavetas ou min. 25 kg	UN	11	764,49	8.409,42
07	UN	Cadeira Logarina secretária, banco 3 lugares, altura do assento aprox. 410 mm, altura total de aprox 800 mm, largura total de aprox. 1370 mm, profundidade total de aprox. 560 mm, estofamento do assento e encosto em espuma de poliuretano injetado, moldado, junção do assento e encosto c/ mola flexível de aprox. 75 mm de largura e 1/4 pol. de espessura, ligada ao conjunto por 8 parafusos sextavados, parede de colunas laterais em tubo de aço retangular de aprox. 300 x 500 mm e aprox. 1,5 mm de espessura, c/ aprox. 340 x 500 mm (a x c),	UN	08	1.261,16	10.089,30

		soldados nas colunas laterais, acabamento dos pés c/ ponteiras externas de aprox. 30 x 50 mm em polipropileno rígido, pintura epóxi-pó curada em estufa de 180° c				
08	UN	Mesa de reunião, oval, aprox. 2000x740x1300mm, composto p/ tampo inteiriço confeccionado em aglomerado de madeira de alta densidade termo-estabilizado c/ espessura de aprox. 25 mm, revestido em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão, encabeçamento bordas em fita de PVC de espessura aprox. 2.5 mm c/ quinas arredondadas c/ raio de 2.5 mm em todo seu perímetro,, fixação da estrutura ao tampo p/ meio de buchas metálicas c/ rosca fixa e parafuso sextavado compatíveis, painel frontal confeccionado em aglomerado de madeira, encabeçamento das bordas em fita de PVC de min. de 2.0 mm c/ quinas arredondadas c/ raio de 2.5 mm na mesma cor do tampo, fixação dos painéis frontais a estrutura por meio de parafusos ocultos, estrutura central vertical composta por chapa de aço SAE 1010/1020 e espessura de aprox. 1.25 mm, possuindo calha vertical removível em chapa de aço espessura min. 0.5 mm p/ passagem de fiação base de sustentação inferior de tubo de aço galvanizado elíptico SAE 1020 aprox. 20 x 45 x 1.9 mm c/ formato curvo e profundidade de 500 mm c/ ponteiras de acabamento injetadas em polipropileno sapatas reguláveis em forma hexagonal c/ rosca e injetadas em polietileno copolimero de alta resistência a impactos e abrasão, base de sustentação superior em aço galvanizado de secção retangular 40 x 20 mm e espessura de aprox. 0.95 mm c/ estrutura de canto em aço galvanizado tubular c/ secção redonda de aprox. 3 polegadas de diâmetro, espessura de min. 1.2 mm c/ sapata injetada niveladora de nível c/ diâmetro de aprox. 3 polegadas embutida na estrutura de cor semelhante.	UN	03	1163,25	3.489,75
09	UN	Condensadora, parte integrante de condicionador de ar SPLIT HIGH WALL, 12 000 btus , 220 v, ciclo frio, potência aprox. 1100 w, vazão de ar aprox. 500 m ³ /min., condensador horizontal, compressor rotativo, gás refrigerante	UN	06	902,66	5.415,99

		r-22, classificação energética (INMETRO)				
10	UN	Evaporadora, parte integrante de condicionador de ar SPLIT HIGH WALL, 12000 btus , 220 v, ciclo frio, potência aprox. 1190 w vazão de ar aprox. 460 m³/min., controle remoto, botão liga/desliga no painel frontal, controle de direção do ar (para cima / para baixo), min. 3 opções de resfriamento/ ventilação, funções SLEEP, swing, turbo, brisa, timer, filtro anti-bactéria, desumidificação, indicador de temperatura na evaporadora, classificação energética (INMETRO)	UN	06	1.002,61	6.015,71
11	UN	Condensadora, parte integrante de condicionador de ar SPLIT HIGH WALL, 18 000 btus , 220 v, ciclo frio, potência aprox. 1800 w, vazão de ar aprox. 460 m³/min., condensador horizontal, compressor rotativo, gás refrigerante r-410 a, classificação energética (INMETRO)	UN	06	1.695,62	10.173,75
12	UN	Evaporadora, parte integrante de condicionador de ar SPLIT HIGH WALL, 18000 btus , 220 v, ciclo frio, potência aprox 1750 w vazão de ar aprox. 460 m³/min., controle remoto, botão liga/desliga no painel frontal, controle de direção do ar (para cima / para baixo), min. 3 opções de resfriamento/ ventilação, funções SLEEP, swing, turbo, brisa, timer, filtro anti-bactéria, desumidificação, indicador de temperatura na evaporadora, classificação energética (INMETRO)	UN	06	1.423,33	8.540,00
13	UN	Bebedouro refrigerado de coluna, gabinete em inox eletrozincado, sem emendas, tampo e base em plástico de alto impacto, potencia min de 154w, refrigeração por compressor, torneiras em plástico de alta resistência sendo uma para água natural e outra para água gelada, controlador de temperatura através de termostato, aparador de copos, bandeja de água removível, elétrico capacidade de 20l, voltagem de 110v	UN	06	1.149,28	6.395,68
14	UN	Fogão, 4 bocas, queimadores frontais com chapa tripla e controle individual das chamas internas e externas, queimadores traseiros chama dupla, mesa com pintura esmalte antiaderente branca, grades e queimadores da mesa em aço inox, injetor de gás horizontal, bandeja coletora de resíduos, estrutura em cantoneira de aço, forno c/ manipulador e temperatura com duas grades,	UN	02	731,00	1462,00

		aprox. 730x800x800mm				
15	UN	Refrigerador, capac. Min. total 340 l, 2 portas, prateleiras em acrílico, prateleira p/ garrafas, degelo automático no refrigerador, gaveta para carnes, prateleira na porta do freezer, dreno para descongelamento, controle do refrigerador c/ aprox. 5 temperaturas, prateleira da porta regulável, prateleiras internas reguláveis, separador e protetor de garrafas, formas p/ gelo, rodízios e pés reguláveis, gaveta p/ legumes, classificação energética a, voltagem 110v.	UM	02	1.689,01	3.378,03

5. DA GARANTIA DOS MOBILIÁRIOS E DOS ELETROS

5.1 A Contratada deverá oferecer garantia contra eventuais defeitos de fabricação por um prazo mínimo de 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo do produto independentemente da garantia padrão oferecida pelo fabricante, ou prazo inferior por razões técnicas devidamente comprovadas.

5.2 A garantia do produto no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação, pela CONTRATADA, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990 e suas alterações), bem como dos encargos previstos à CONTRATADA neste Termo de Referência.

5.3 A garantia abrange ao Contratado a garantir a boa qualidade do produto fornecido, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, **no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas**, após a comunicação da SEMDS, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados venham a se constatar qualquer adulteração ou vício.

5.4 A Contratada deverá rigorosamente obedecer às normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, de modo a evitar danos e/ou avarias.

6. DO PRAZO DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA

6.1 O pretenso contrato terá a duração de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura.

6.2 **O material deverá ser entregue integralmente, em parcela única**, e deverão ser entregues em até 10 (dez) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Suprimentos – SEMSU, cuja solicitação deverá partir da Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho.

6.3 Todos os produtos deverão ser novos e sem uso, e serão recebidos da seguinte forma:

a) - provisoriamente, os objetos serão recebidos provisoriamente mediante recibo, no prazo de 02 (dois) úteis dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do material entregue, de acordo com a especificação constante deste Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora.

b) - definitivamente, os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data do recebimento provisório, após verificação da qualidade (adequação às especificações técnicas, constantes deste anexo), da quantidade e da garantia do material, e após o aceite, a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

6.4 O recebimento definitivo do objeto, não exclui a **responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Contratante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90).**

6.5 Os prazos definidos acima poderão ser modificados conforme acordo entre as partes, mediante justificativa apresentada pela contratada e acatada pela contratante.

7. LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 Todo o material deverá ser entregue diretamente no Setor de Patrimônio deste Município, localizado na Prefeitura, sito a Avenida Morobá nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, com a respectiva cópia reprográfica da Autorização de Fornecimento, para acusar o recebimento.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1 O Contratante fiscalizará os produtos entregues, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho de forma a fazer cumprir, rigorosamente as especificações, prazo, proposta e condições para entrega do objeto.

8.1.1. Posteriormente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho designará Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do pretenso Contrato.

8.2 - A fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 - É vedada a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos dos objetos dos pretensos Contratos.

10. DA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - A assinatura do pretenso contrato fica condicionada a apresentação por parte da Contratada, de cópia de todas as Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista atualizadas.

10.2 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade estiverem com os prazos de validade vencidos, o Contratante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.3 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Contratada será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1 Comunicar ao licitante vencedor toda e qualquer ocorrência relacionadas com a aquisição dos produtos.

11.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a Contratada entregar fora das especificações contidas nos itens deste Termo de Referência.

11.3 Fornecer local adequado para armazenagem dos produtos nos períodos de sua entrega, sem qualquer ônus para a Contratada.

12. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

12.1 - A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução do fornecimento parcial ou total, isentando-o de todas as reclamações que surjam subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento e entrega dos respectivos produtos.

12.2 A qualidade dos materiais/produtos, deverá ser rigorosamente àquele descrito na Autorização de Fornecimento, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele, devendo o fornecimento dos materiais contratados serem efetuados dentro os requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as normas e padrões da ABNT e INMETRO, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se espera(m), conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, e demais normas e legislação pertinente e em vigência.

12.3 Atender com prontidão às requisições e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA a partir da solicitação por meio de Autorização de Fornecimento do Setor solicitante.

12.4 Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade.

12.5 Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifique danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da notificação efetuada pela Contratante.

12.6 Em razão dos bens serem pagos a conta de recursos de convênio, firmado com o Governo Federal, a Contratada terá por obrigação conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes aos objetos contratados, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno nos termos do art. 27, inciso XX da Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016.

13. DA RESCISÃO

13.1 Havendo interesse público, o pretenso contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, não importando com isso, no pagamento de qualquer indenização à Contratada.

14. DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DOS ENCARGOS SOCIAIS.

14.1 - À Contratada cabem os recolhimentos em favor da Previdência Social e os ônus inerentes às obrigações trabalhistas de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

15. DAS PENALIDADES

15.1- A Contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do objeto do pretenso contrato, sujeitando-se as penalidades constantes no artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da lei nº. 8.666/1993 e suas alterações.

16. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 - Quando necessária a modificação no valor contratual, em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, poderá ocorrer até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, servindo de base o valor unitário da proposta.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1- O pagamento do preço pactuado será feito após entrega do material pela contratada, **de uma única vez, desde que o material tenha sido entregue integralmente**, mediante a apresentação da Nota Fiscal, juntamente com a Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria de Suprimentos- SEMSU, requisitada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho.

17.2 **A contratada deverá emitir a Nota Fiscal e essa deverá conter no corpo da nota as seguintes informações: CONVÊNIO 841820/2016, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL MDS, PROGRAMA SICONV 5500020160008- PROJETOS- PROPOSTA SICONV N.º 039909/2016, a especificação detalhada dos materiais adquiridos e conter a atestação do recebimento definitivo dos bens, sob pena de não ser aceita para pagamento.**

17.3 - Após a emissão da Nota Fiscal contendo todos os requisitos do item acima, a Contratada deverá proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no protocolo dessa Prefeitura, situado a Rua Padre Luiz Parenzi, 710, Centro, Aracruz/ES, encaminhando a nota fiscal/fatura para pagamento, que ocorrerá de acordo com as normas legais vigentes no país, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea 'a' da lei 8.666/93.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Naquilo em que for omissivo, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993.

19. DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

19.1-A administração Municipal deverá publicar o resumo do pretense Instrumento de Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de assinatura, na Imprensa oficial, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61 da lei 8.666/1993.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

664– Código Reduzido

11 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

02- Fundo Municipal da Assistência Social

08.122.0016.1.0026- Estruturação do órgão gestor da assistência social

4.4.90.52.00- Material Permanente

1.301.0000- Transferência FNAS

ROSILENE FILIPE DOS SANTOS MATOS
Secretária de Desenvolvimento Social e Trabalho
Decreto nº 32.065 de 01/01/2017

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

AO PREGOEIRO OFICIAL DA PMA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2018

A empresa _____(Nome da Empresa)_____ estabelecida na _____(Endereço Completo)_____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação no Pregão Eletrônico Nº 000/2018.

Local e data, ____ de _____ de _____

Nome e assinatura do declarante (Carimbo com CNPJ)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

AO PREGOEIRO OFICIAL DA PMA
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2018

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**

Local e data, ____ de _____ de _____

Nome e assinatura do declarante (Carimbo com CNPJ)

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 098/2018.

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES E A EMPRESA:

O MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz - ES, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF e da CI nº., residente na , nos termos da Lei nº....., regulamentada pelo Decreto nº.....e a Empresa , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº., estabelecida na , doravante denominada CONTRATADA, representada pelo (a) Sr. (a) , nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF nº. e da CI nº., residente na , considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 000/2018, constante do Processo Administrativo nº 2941/2018, nos termos das Leis nº.s 10.520/2002 e 8.666/1993, resolvem assinar o presente contrato que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **Aquisição de diversos Materiais Permanentes (mobiliários em geral e utensílios domésticos)**, tendo em vista a assinatura do **CONVÊNIO DE N.º 841820/2016, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL MDS, PROGRAMA SICONV 5500020160008- PROJETOS- PROPOSTA SICONV N.º 039909/2016**, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), conforme especificações constantes do Anexo I (Formulário "Especificações e Cotação de Preços") e Anexo II "Termo de Referência e Planilha Orçamentária Estimativa" do Pregão Eletrônico nº 000/2018, parte integrante deste contrato para todos os efeitos, independente de transcrição.

1.2. O objeto deste contrato terá como Órgão Gestor a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho**.

1.3. A Contratada será responsável pelo fornecimento do produtos, objeto deste instrumento contratual, pelo preço proposto e aceito pelo Contratante;

1.4. A Contratada deverá observar rigorosamente as instruções do preposto da Secretaria competente no que tange ao controle de qualidade dos produtos ofertados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO

664– Código Reduzido

11 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

02- Fundo Municipal da Assistência Social

08.122.0016.1.0026- Estruturação do órgão gestor da assistência social

4.4.90.52.00- Material Permanente

1.301.0000- Transferência FNAS

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1.** O Contratante pagará à Contratada pelo fornecimento dos produtos previstos na Cláusula Primeira o **valor unitário** do produto de R\$ _____ (_____).
- 3.2.** . O pagamento do preço pactuado será feito após entrega do produto pela contratada, mediante a apresentação da Nota Fiscal, juntamente com a Autorização de Fornecimento emitida pela Secretaria de Suprimentos- SEMSU, requisitada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho.
- 3.3.** A contratada deverá emitir a Nota Fiscal e essa deverá conter no corpo da nota as seguintes informações: CONVÊNIO 841820/2016, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL MDS, PROGRAMA SICONV 5500020160008- PROJETOS- PROPOSTA SICONV N.º 039909/2016, a especificação detalhada dos materiais adquiridos e conter a atestação do recebimento definitivo dos bens, sob pena de não ser aceita para pagamento.
- 3.4.** Após a emissão da Nota Fiscal contendo todos os requisitos do item acima, a Contratada deverá proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no protocolo dessa Prefeitura, situado a Rua Padre Luiz Parenzi, 710, Centro, Aracruz/ES, encaminhando a nota fiscal/fatura para pagamento, que ocorrerá de acordo com as normas legais vigentes no país, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea 'a' da lei 8.666/93
- 3.5.** O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.
- 3.6.** Os preços serão fixos e irrevogáveis.
- 3.7.** Estão incluídos no valor global os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto.
- 3.8.** O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela Contratada em decorrência de inadimplemento contratual.
- 3.9.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação, ou obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

- 4.1.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.
- 4.2.** Na hipótese da empresa detentora da Ata solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha(s) detalhada(s) de custos, acompanhada(s) de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, da época do Registro de Preços e da aquisição por ocasião do fornecimento dos materiais, para a devida correção, etc.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1 - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que plenamente justificado, atendendo aos interesses e conveniência da Administração, obedecido o disposto no artigo 57 da Lei 8.666/93.

5.2. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Suprimentos – SEMSU, cuja solicitação deverá partir da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho.

5.2.1. As entregas ocorrerão no Setor de Patrimônio, sito na Avenida Morobá – nº.20 - Bairro Morobá – Sede – Aracruz - ES, no horário de 12h00min às 17h00min, acompanhados da fatura ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento, dentro do prazo estabelecido no item 2.1 deste Edital.

5.2.2. O prazo previsto no item 5.1 admite prorrogação, desde que plenamente justificado, atendendo aos interesses e conveniência da administração.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS E DA GARANTIA

6.1. As entregas ocorrerão no Setor de Patrimônio, sito na Avenida Morobá – nº.20 - Bairro Morobá – Sede – Aracruz - ES, no horário de 12h00min às 17h00min, acompanhados da fatura ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento, dentro do prazo estabelecido no item 2.1 deste Edital.

6.1.2. O prazo previsto no item 16.1 admite prorrogação, desde que plenamente justificado, atendendo aos interesses e conveniência da administração.

6.2. Todos os produtos deverão ser novos e sem uso, e serão recebidos da seguinte forma:

6.2.1. Provisoriamente, os objetos serão recebidos provisoriamente mediante recibo, no prazo de 02 (dois) úteis dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do material entregue, de acordo com a especificação constante deste Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora.

6.2.2. Definitivamente, os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data do recebimento provisório, após verificação da qualidade (adequação às especificações técnicas, constantes deste anexo), da quantidade e da garantia do material, e após o aceite, a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

6.3. O recebimento definitivo do objeto, não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela Contratante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90 e suas alterações).

6.4. Os prazos definidos acima poderão ser modificados conforme acordo entre as partes, mediante justificativa apresentada pela contratada e acatada pela contratante.

- 6.5.** O Contratante se reserva o direito de não receber os produtos que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.
- 6.6.** A Autorização de Fornecimento deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa dos números do Pregão Eletrônico, do contrato, do processo, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de entrega.
- 6.7.** A Autorização de fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.
- 6.8.** A eventual reprovação dos produtos, em qualquer fase de sua entrega, não eximirá a Contratada da aplicação das multas a que está sujeita.
- 6.9.** Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da aquisição do objeto da licitação.
- 6.10.** A Contratada deverá oferecer garantia contra eventuais defeitos de fabricação por um prazo mínimo de 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo do produto independentemente da garantia padrão oferecida pelo fabricante, ou prazo inferior por razões técnicas devidamente comprovadas.
- 6.11.** A garantia do produto no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação, pela CONTRATADA, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990 e suas alterações), bem como dos encargos previstos à CONTRATADA neste Termo de Referência.
- 6.12.** A garantia abrange ao Contratado a garantir a boa qualidade do produto fornecido, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação da SEMDS, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados venham a se constatar qualquer adulteração ou vício. Em caso de não aceitação dos **produtos**, a devolução (frete) será por conta da contratada
- 6.13.** A Contratada deverá rigorosamente obedecer às normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, de modo a evitar danos e/ou avarias
- 6.14.** O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade, quantidade, respectivos prazos e conseqüentemente aceitação.
- 6.15.** O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos padrões adequados de qualidade e garantia dos produtos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.
- 6.16.** A Contratada obriga-se a providenciar os produtos, objeto do presente contrato, sempre em regime de atendimento à fiscalização do preposto do Contratante, dispondo este de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento deste contrato.
- 6.17.** Prazo de Garantia: garantia de fábrica, não podendo ser inferior ao da lei 8.078 de 11/09/90 do Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do contrato e fornecimento deverá ser acompanhada e fiscalizada pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, nos termos do Artigo 67º da Lei n.º 8.666/93, que deverá atestar o fornecimento dos produtos conforme contratado.

7.2. Ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato o servidor _____ designado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É vedada a sub-contratação total ou parcial do fornecimento do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA ASSINATURA DO CONTRATO

9.1. Para efetivar a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratada deverá apresentar o comprovante de situação regular perante a Fazenda Pública Federal, Municipal e Estadual, da sede do licitante e regularidade com a Seguridade Social – CND.

9.2. Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocada a licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, com vistas à celebração da contratação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

18. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

18.1 - DA CONTRATANTE:

- a)** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a aquisição.
- b)** Providenciar a inspeção do fornecimento dos produtos entregues pela Contratada.
- c)** Notificar à Contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento dos produtos constantes da Autorização de Fornecimento.
- d)** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a Contratada entregar fora das especificações contidas nos itens deste edital e anexo.
- e)** Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma estabelecida no item 17 deste edital.
- f)** Fornecer local adequado para armazenagem dos produtos nos períodos de sua entrega, sem qualquer ônus para a Contratada.

18.2 - DA CONTRATADA:

- a)** A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução do fornecimento parcial ou total, isentando-o de todas as reclamações que surjam subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos, ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida no fornecimento e entrega dos respectivos produtos;

- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- c) Atender satisfatoriamente em consonância com as regras contratuais.
- d) Fornecer os produtos conforme proposto pelo Contratante durante o prazo de vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.
- e) A qualidade dos materiais/produtos, deverá ser rigorosamente àquele descrito na Autorização de Fornecimento, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele, devendo o fornecimento dos materiais contratados serem efetuados dentro os requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as normas e padrões da ABNT e INMETRO, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se espera(m), conforme determina o Código de Defesa do Consumidor, e demais normas e legislação pertinente e em vigência..
- g) Atender com prioridade as solicitações do Contratante, para fornecimento dos produtos;
- h) Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;
- i) Utilizar pessoal próprio ou credenciado, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento e entrega dos produtos;.
- j) Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos em que se verifique danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação pela organização
- k) Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade.
- l) Em razão dos bens serem pagos a conta de recursos de convênio, firmado com o Governo Federal, a Contratada terá por obrigação conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes aos objetos contratados, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno nos termos do art. 27, inciso XX da Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. O Município de Aracruz se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto da presente licitação, até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Naquilo em que for omissivo, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelas condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº. 000/2015.

15.2- Fica vinculado ao Contrato o edital de licitação e à proposta do licitante vencedor, conforme o disposto no Art. 55 inc. XI.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

16.1. A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de assinatura, na Imprensa oficial, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61 da lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento Fica eleito o Foro da Comarca de Aracruz - ES, por mais privilegiado que outros sejam.

17.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Aracruz - ES, de de 201.....

MUNICÍPIO DE ARACRUZ
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

.....